

**PRONUNCIAMENTO DAS AGÊNCIAS DA ONU POR OCASIÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA NO  
ÂMBITO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA N. 820/2018**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Comissão Mista, Senador Paulo Paim,  
Excelentíssima Senhora Vice-Presidenta da Comissão Mista, Deputada Bruna Furlan,  
Excelentíssimo Senhor Relator, Deputado Jhonatan de Jesus,  
Excelentíssimo Senhor Embaixador do Canadá, Ricardo Savone,  
Excelentíssima Senhora Procuradora do Trabalho, Dra. Cristiane Maria Lopes,  
Colegas das Nações Unidas,  
Senhoras e senhores,  
Boa tarde!

É com satisfação que me dirijo às senhoras e aos senhores parlamentares e demais presentes nesta audiência pública em nome do conjunto de organismos da ONU no país. Em minha breve exposição, pretendo ressaltar a importância do debate sobre a Medida Provisória 820/2018 e de sua iminente conversão em lei brasileira à luz dos princípios e da prática da ONU em contexto de emergência e crises humanitárias.

No Brasil, 26 organismos das Nações Unidas atuam no país, buscando apoiar o Estado Brasileiro na promoção do desenvolvimento, da produtividade e da inclusão social, com um forte enfoque de direitos humanos. Essa atuação é orientada por um marco de parceria que estabelece entre nossos eixos prioritários de ação a promoção de uma sociedade inclusiva, equitativa e com plenos direitos para todos e todas. Isso inclui todas as cidadãs e cidadãos brasileiros e também migrantes, solicitantes de refúgio e refugiados.

Para a equipe das Nações Unidas no Brasil, a Medida Provisória 820, editada pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Michel Temer, em 16 de fevereiro de 2018, inova ao trazer ao regime jurídico brasileiro um novo marco normativo que trata de assistência emergencial em situações de crise humanitária. Trata-se de um tema caro à ONU, que traçou as diretrizes fundamentais de suas próprias ações de assistência humanitária de emergência na resolução da Assembleia Geral 46/182, de 19 de dezembro de 1991, conhecida com a “Magna Carta Humanitária”<sup>1</sup> da Organização. Alguns dos princípios estabelecidos por essa resolução e até hoje vigentes são os princípios da humanidade nas ações de assistência humanitária; a responsabilidade primária de cada Estado em cuidar das pessoas afetadas por emergências humanitárias em seu território; a cooperação com organismos internacionais e organizações não-governamentais; e relação umbilical entre ações de emergência, reabilitação e desenvolvimento.

---

<sup>1</sup> K. Oshima, UN Emergency Relief Coordinator address on Panel Discussion on the 10<sup>th</sup> anniversary of General Assembly Resolution 46/182. 17 July 2002, reported in *The Humanitarian Decade* Vol. 1 (New York: OCHA, 2004), pp. 3-6.

Por meio da Medida Provisória 820/2018, que pretende estabelecer-se em forma de lei, o Brasil não apenas consolida sua responsabilidade primária pela atenção às populações vulneráveis afetadas, como também aproxima as ações de emergência, de reabilitação e de desenvolvimento às consolidadas políticas brasileiras de proteção social, de direitos humanos, de infraestrutura e de integração local das pessoas por meio do trabalho, da livre circulação no território e da convivência objetiva entre brasileiros e brasileiras, migrantes, refugiados e refugiadas.

Sabemos hoje que a população migrante faz enormes contribuições tanto para os países de destino quanto para os países de origem. Muitas vezes impulsionam a atividade econômica e ajudam a preencher lacunas existentes na força de trabalho local. São inovadores, empresários e possuem as mais diversas profissões. Quase metade de todos os migrantes são mulheres, buscando vidas melhores e melhores oportunidades de trabalho.<sup>2</sup>

Entretanto, essa população também está exposta à discriminação, à condições de trabalho análogo à escravidão, à exploração sexual, dentre outras violações de direitos humanos.

Por isso, compreendendo a complexidade dos contextos de crise humanitária, é preciso uma atenção especial às situações de vulnerabilidades decorrentes de fluxos migratórios e de refúgio, bem como responder a esse desafio de forma articulada com os diferentes entes federativos, sociedade civil e organismos internacionais com base em uma perspectiva de acolhimento e de garantia de direitos.

Ao mesmo tempo em que se discute o alcance e o aprimoramento da Medida Provisória nesta Casa Legislativa, as autoridades brasileiras já iniciaram a aplicação de seus dispositivos no contexto das medidas de assistência emergencial destinadas ao acolhimento de migrantes e de solicitantes de refúgio provenientes da República Bolivariana da Venezuela.

Nesse contexto, as diferentes agências da ONU têm buscado apoiar o esforço governamental e fortalecer a resposta brasileira à crise emergencial humanitária, a partir dos seus distintos mandatos, especialmente no acolhimento, como no registro de pessoas e documentação e gestão de abrigos, no acesso a direitos, como no encaminhamento aos serviços públicos de saúde e de assistência social, e na atenção as pessoas em situação de vulnerabilidade, na prevenção da violência sexual e de gênero, na promoção dos direitos sexuais e reprodutivos, na proteção e garantia de populações indígenas e em necessidades específicas, na sensibilização e informação pública, facilitação no acesso a oportunidades de trabalho e educação, revalidação de certificados e diplomas e articulação com importantes parceiros da sociedade civil.

O Sistema ONU reconhece o aumento da xenofobia e da intolerância em relação aos cidadãos venezuelanos que buscam proteção no Brasil e em outros países da região, o que aumenta suas vulnerabilidades e adiciona desafios à resposta que vem sendo dada a essa situação. Em parceria com o governo e a sociedade civil, as agências da ONU têm produzido campanhas de informação e de conscientização para promover a solidariedade e o acolhimento, mostrando que os

---

<sup>2</sup> Original quote from UN SG Antonio Guterres: Migrants make huge contributions to both their host countries and countries of origin. They take jobs that local workforces cannot fill, boosting economic activity. Many are innovators and entrepreneurs. Nearly half of all migrants are women, looking for better lives and work opportunities. Migrants also make a major contribution to international development by sending remittances to their home countries. Remittances added up to nearly \$600 billion last year, three times all development aid.

cidadãos venezuelanos precisam ter uma chance para recomeçar suas vidas. Assim, esperamos mitigar a discriminação e a xenofobia em relação a essa população.

Ao mesmo tempo, o Sistema ONU no Brasil reconhece que a população brasileira ainda enfrenta numerosos desafios nos planos econômico e social e, para isso, tem trabalhado em parceria com as três esferas de governo para a redução das iniquidades e promoção do desenvolvimento, e vê nas situações de emergência e crise humanitária como oportunidades para impulsionar as mudanças tão desejadas pela população.

No curso dos debates acerca da conversão da presente Medida Provisória em lei, especialmente quando da análise de possíveis emendas ao texto, as agências da ONU recomendam as Senhoras e Senhores Parlamentares que utilizem como referência os importantes e norteadores princípios e direitos consagrados na Carta da ONU e na Declaração Universal dos Direitos Humanos, como o princípio da não-discriminação, o direito à liberdade de locomoção e residência dentro do território, direito universal à educação, à saúde e ao trabalho e o direito de buscar e gozar de asilo em outros países.

Esses e outros direitos encontram-se incorporados na Lei Brasileira de Refúgio (Lei 9.474/97) e na Nova Lei de Migração (Lei 13.445/2017), que igualmente se apresentam como parâmetros legais fundamentais e internacionalmente avançados no que tange a direitos e garantias. Finalmente, retomo importância da cooperação entre Estado, organismos internacionais e organizações não-governamentais como princípio basilar na assistência humanitária em situações de emergência, cuja consagração em lei em muito contribuirá para o avanço e a efetividade das ações de acolhimento promovidas no contexto de fluxos migratórios decorrentes de crises.

Ademais, quero ressaltar que ao aprovar e homologar a Nova Lei de Migração o Brasil se coloca na vanguarda mundial atendendo recomendações das Nações Unidas, como a garantia ao imigrante de condição de igualdade com os nacionais, inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade e acesso aos serviços públicos de saúde e educação, bem como registro da documentação que permite ingresso no mercado de trabalho e direito à previdência social.

A proposta de legislação específica para responder a contextos de emergência e crises humanitárias reforça a importância de olhar essas situações como oportunidades de reforçar nosso olhar para as pessoas, para os mais vulneráveis, para suas histórias e trajetórias de vida pois é isto que nos mobiliza diariamente a apoiar e fortalecer a resposta coordenada do Estado brasileiro aos desafios humanitários que tem recentemente enfrentado, pois ela trará dignidade e direitos não só a migrantes e solicitantes de refúgio, mas também a cidadãs e cidadãos brasileiros.

Senhoras e senhores legisladores,

Há quase três anos, o Secretário-Geral das Nações Unidas me confiou a nobre missão de representá-lo no Brasil. E hoje tenho a grande honra e privilégio participar desta audiência pública em nome de todo o Sistema ONU no Brasil.

Com grande respeito ao país, ao povo brasileiro e às senhoras e senhores, legisladora e legisladores aqui presentes, gostaria de expressar livremente meu pensamento neste importante momento para o país.

Morando no Brasil, compreendi que o sonho brasileiro é ter um país generoso, pacífico, inclusivo e sustentável. Um país no qual as pessoas, independentemente da raça, cor ou gênero, tenham iguais oportunidades para conquista de seus direitos. Um país, com zero tolerância para a discriminação e xenofobia.

Esse sonho é a herança, é o legado dos grandes patriotas brasileiros, conhecidos e anônimos. São milhões de brasileiros e brasileiras que construíram um país multicultural e multiétnico, um exemplo de integração e convivência pacífica para o mundo. Construíram um país sobre a base de integrar nativos com estrangeiros, de integrar brasileiros com migrantes. Migrantes que envidaram esforços para um Brasil mais próspero e justo.

Senhoras e senhores legisladores,

É importante honrar a memória desses heróis. Como também é importante não esquecer aqueles que hoje buscam refúgio no Brasil. Pessoas que esperam a mão amiga do povo brasileiro. Pessoas que perderam tudo em seu país e que tem a esperança de encontrar uma vida nova no Brasil. Que tem a esperança de encontrar uma vida digna para si próprios e suas famílias e assim poder contribuir ainda mais para o engrandecimento do Brasil.

Não acreditamos em fechar fronteiras! Acreditamos em construir pontes! Pontes para um futuro melhor para todas e todos. Pontes entre seres humanos, particularmente com aqueles que têm necessidades e que vivem momento difíceis.

Não tenho dúvida de que a rica tradição histórica do Brasil, um país construído conjuntamente por nativos e migrantes, será mantida e honrada.

Muito obrigado!